

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	13
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	14
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	15
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	16
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	17
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	77
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	81
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	391.283
Preferenciais	0
Total	391.283
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.362.363	1.257.593
1.01	Ativo Circulante	434.048	192.240
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	183.522	183.812
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.627	7.552
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.627	7.552
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	241.899	876
1.01.08.03	Outros	241.899	876
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	11.601	791
1.01.08.03.02	Empresas relacionadas	229.850	0
1.01.08.03.03	Outros créditos	448	85
1.02	Ativo Não Circulante	928.315	1.065.353
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.414	219.640
1.02.01.06	Tributos Diferidos	896	1.742
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	896	1.742
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9.518	217.898
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	9.518	217.898
1.02.02	Investimentos	901.088	829.524
1.02.02.01	Participações Societárias	901.088	829.524
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	901.088	829.524
1.02.03	Imobilizado	2.613	2.444
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.613	2.444
1.02.04	Intangível	14.200	13.745
1.02.04.01	Intangíveis	14.200	13.745

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.362.363	1.257.593
2.01	Passivo Circulante	273.641	257.173
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.842	4.510
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.842	4.510
2.01.02	Fornecedores	1.522	1.724
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.522	1.724
2.01.03	Obrigações Fiscais	657	2.685
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	657	2.685
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	657	2.685
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	214.741	197.356
2.01.04.02	Debêntures	214.741	197.356
2.01.05	Outras Obrigações	50.817	50.898
2.01.05.02	Outros	50.817	50.898
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	50.120	50.120
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	697	778
2.01.06	Provisões	62	0
2.01.06.02	Outras Provisões	62	0
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	62	0
2.02	Passivo Não Circulante	424.830	420.909
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	424.823	420.902
2.02.01.02	Debêntures	424.823	420.902
2.02.02	Outras Obrigações	7	7
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7	7
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	7	7
2.03	Patrimônio Líquido	663.892	579.511
2.03.01	Capital Social Realizado	391.283	391.283
2.03.04	Reservas de Lucros	188.228	188.228
2.03.04.01	Reserva Legal	16.440	16.440
2.03.04.10	Reserva de dividendos	171.788	171.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	84.381	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	26.005	22.897
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.294	-16.086
3.03	Resultado Bruto	13.711	6.811
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	82.377	77.726
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.138	0
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.138	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	3	-1.107
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	83.512	78.833
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	96.088	84.537
3.06	Resultado Financeiro	-10.024	-13.065
3.06.01	Receitas Financeiras	11.323	5.086
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.347	-18.151
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	86.064	71.472
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.683	570
3.08.01	Corrente	-837	4
3.08.02	Diferido	-846	566
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	84.381	72.042
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	84.381	72.042
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,22000	0,15000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,22000	0,15000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.446	18.835
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	26.638	18.460
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	86.064	71.472
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.265	7.280
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	1.138	1.107
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	21.306	17.434
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-83.512	-78.833
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	377	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.192	375
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-1.075	122
6.01.02.04	Outros créditos	-363	-86
6.01.02.05	Fornecedores	-202	1
6.01.02.06	Obrigações sociais	1.332	-50
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-2.028	-74
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-81	-173
6.01.02.10	Empresas relacionadas	0	631
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-775	4
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.736	-4.462
6.02.01	Dividendos recebidos	0	27.270
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-2.266	-732
6.02.03	Empresas ligadas	-21.470	0
6.02.04	Investimentos em controladas	0	-31.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-81.184
6.03.03	Captção de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	-2.802
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	0	-78.382
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-290	-66.811
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	183.812	245.830
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	183.522	179.019

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.381	0	84.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.381	0	84.381
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	84.381	0	663.892

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.327	0	0	-1.349	0	37.978
5.04.01	Aumentos de Capital	39.327	0	0	5.199	0	44.526
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.548	0	-6.548
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.042	0	72.042
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.042	0	72.042
5.07	Saldos Finais	477.792	0	4.110	23.137	0	505.039

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	29.302	25.800
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	29.302	25.800
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.572	-3.650
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.437	-2.543
7.02.04	Outros	-1.135	-1.107
7.03	Valor Adicionado Bruto	24.730	22.150
7.04	Retenções	-1.265	-7.280
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.265	-7.280
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.465	14.870
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	94.835	83.919
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	83.512	78.833
7.06.02	Receitas Financeiras	11.323	5.086
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	118.300	98.789
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	118.300	98.789
7.08.01	Pessoal	7.592	6.263
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.127	4.835
7.08.01.02	Benefícios	1.123	1.192
7.08.01.03	F.G.T.S.	342	236
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.980	2.333
7.08.02.01	Federais	1.683	-570
7.08.02.03	Municipais	3.297	2.903
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.347	18.151
7.08.03.01	Juros	17.700	14.264
7.08.03.03	Outras	3.647	3.887
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	84.381	72.042
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	6.548
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	84.381	65.494

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.575.825	2.444.185
1.01	Ativo Circulante	482.280	352.978
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	338.866	252.866
1.01.03	Contas a Receber	47.956	54.439
1.01.03.01	Clientes	47.956	54.439
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.883	7.891
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.883	7.891
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.734	3.695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	83.841	34.087
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	83.841	34.087
1.01.08.01.01	Títulos e valores mobiliários	78.267	29.800
1.01.08.01.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	791	791
1.01.08.01.03	Empresas relacionadas	69	260
1.01.08.01.04	Outros créditos	4.714	3.236
1.02	Ativo Não Circulante	2.093.545	2.091.207
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	136.999	138.562
1.02.01.06	Tributos Diferidos	24.313	28.427
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.313	28.427
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	938
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	108.342	105.125
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	108.342	105.125
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.344	4.072
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	4.344	4.072
1.02.03	Imobilizado	73.041	72.661
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	73.041	72.661
1.02.04	Intangível	1.883.505	1.879.984
1.02.04.01	Intangíveis	1.883.505	1.879.984

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.575.825	2.444.185
2.01	Passivo Circulante	571.825	909.613
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.395	12.314
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.395	12.314
2.01.02	Fornecedores	20.603	24.164
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.603	24.164
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.780	14.547
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.780	14.547
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	11.494	14.266
2.01.03.01.03	Programa de parcelamento especial - PAES	286	281
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	390.555	732.458
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.997	414.963
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	42.997	414.963
2.01.04.02	Debêntures	346.692	316.640
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	866	855
2.01.05	Outras Obrigações	89.781	88.823
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.616	121
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.616	121
2.01.05.02	Outros	88.165	88.702
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	51.131	50.120
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	15.376	15.205
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	21.658	23.377
2.01.06	Provisões	43.711	37.307
2.01.06.02	Outras Provisões	43.711	37.307
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	15.421	14.326
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção	16.512	12.838
2.01.06.02.06	Provisão para construção de obras futuras	11.778	10.143
2.02	Passivo Não Circulante	1.333.326	948.397
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.167.781	784.783
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	41.714	40.610
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	41.714	40.610
2.02.01.02	Debêntures	1.125.213	743.113
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	854	1.060
2.02.02	Outras Obrigações	63.931	64.082
2.02.02.02	Outros	63.931	64.082
2.02.02.02.03	Credor pela concessão	59.440	59.432
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições	815	0
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	3.676	4.650
2.02.03	Tributos Diferidos	16.068	14.519
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.068	14.519
2.02.04	Provisões	85.546	85.013
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.599	23.955
2.02.04.01.05	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	24.599	23.955
2.02.04.02	Outras Provisões	60.947	61.058
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	55.254	54.172
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	5.693	6.886

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	670.674	586.175
2.03.01	Capital Social Realizado	391.283	391.283
2.03.04	Reservas de Lucros	188.228	188.228
2.03.04.01	Reserva Legal	16.440	16.440
2.03.04.10	Reserva de dividendos	171.788	171.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	84.381	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	6.782	6.664

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	317.156	349.892
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-123.989	-160.388
3.03	Resultado Bruto	193.167	189.504
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.496	-17.124
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.494	-17.031
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	-93
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	179.671	172.380
3.06	Resultado Financeiro	-48.928	-62.160
3.06.01	Receitas Financeiras	23.499	7.997
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.427	-70.157
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	130.743	110.220
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.232	-37.459
3.08.01	Corrente	-39.642	-36.435
3.08.02	Diferido	-5.590	-1.024
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	85.511	72.761
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	85.511	72.761
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	84.381	72.042
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.130	719
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,22000	0,15000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,22000	0,15000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	183.915	239.924
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	229.875	221.860
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	130.743	110.220
6.01.01.02	Depreciação e amortização	25.473	31.442
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debentures	65.237	53.324
6.01.01.05	Variação monetária sobre credor pela concessão	3.507	11.212
6.01.01.06	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-134	-999
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	1.497	659
6.01.01.10	Provisão para manutenção e provisão para obras futuras	2.083	14.536
6.01.01.11	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	1.469	1.466
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-45.960	-67.276
6.01.02.01	Clientes	6.483	4.346
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-1.992	-514
6.01.02.03	Despesas antecipadas	2.899	1.454
6.01.02.04	Outros créditos e depósitos judiciais	-1.478	2.237
6.01.02.05	Fornecedores	-3.561	-10.451
6.01.02.06	Obrigações sociais	3.081	-336
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-2.772	-450
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-2.693	-4.598
6.01.02.10	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.097	-562
6.01.02.11	Provisão para manutenção	3.115	-8.709
6.01.02.12	Juros pagos	-9.398	-12.043
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-38.547	-37.650
6.01.03	Outros	0	85.340
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-33.532	-58.169
6.02.02	Aquisição do imobilizado e intangível	-30.871	-58.011
6.02.03	Passivos com partes relacionadas	-1.531	0
6.02.04	Investimentos em controladas	-1.130	-158
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-64.383	-197.388
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-48.333	-39.112
6.03.02	Credor pela concessão	-3.328	-76.426
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debentures	358.475	1.204
6.03.04	Captação de debentures, líquida de custos com emissão	0	-2.802
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debentures	-371.197	-189
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-80.063
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	86.000	-15.633
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.866	277.909
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	338.866	262.276

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.381	0	84.381	118	84.499
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.381	0	84.381	118	84.499
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	84.381	0	663.892	6.782	670.674

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019	0	395.019
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019	0	395.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.327	0	0	-1.349	0	37.978	2.920	40.898
5.04.01	Aumentos de Capital	39.327	0	0	5.199	0	44.526	2.920	47.446
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.548	0	-6.548	0	-6.548
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.042	0	72.042	719	72.761
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.042	0	72.042	719	72.761
5.07	Saldos Finais	477.792	0	4.110	23.137	0	505.039	3.639	508.678

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	337.302	370.929
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	337.302	370.929
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-88.137	-121.483
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-81.986	-113.018
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.075	-8.373
7.02.04	Outros	-76	-92
7.03	Valor Adicionado Bruto	249.165	249.446
7.04	Retenções	-25.473	-30.733
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.473	-30.733
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	223.692	218.713
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.499	7.997
7.06.02	Receitas Financeiras	23.499	7.997
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	247.191	226.710
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	247.191	226.710
7.08.01	Pessoal	23.875	25.295
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.535	17.420
7.08.01.02	Benefícios	6.239	6.957
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.101	918
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	65.378	58.497
7.08.02.01	Federais	45.232	37.459
7.08.02.03	Municipais	20.146	21.038
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.427	70.157
7.08.03.01	Juros	46.414	39.667
7.08.03.03	Outras	26.013	30.490
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	85.511	72.761
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	6.548
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	84.381	65.494
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.130	719

Comentário do Desempenho

EcoRodovias Concessões e Serviços anuncia resultados do 1T11: *Margem EBITDA alcança 64,7%*

São Bernardo do Campo, 10 de maio de 2011 – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 (1T11). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2010.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A EcoRodovias Concessões e Serviços, subholding do Grupo EcoRodovias no segmento de concessões de rodovias, iniciou suas atividades operacionais após a reorganização societária ocorrida no segundo semestre de 2009, através de transferência para a companhia das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul (RS), além da incorporação das empresas de serviços ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda., empresas estas prestadoras de serviços de apoio administrativo, financeiro, de tecnologia e engenharia às demais unidades do Grupo EcoRodovias.
- O tráfego consolidado no 1T11 apresentou 42.995.280 veículos equivalentes.
- O EBITDA no 1T11 foi de R\$ 205.222 mil atingindo a expressiva margem de 64,7%.
- A companhia apresentou no 1T11 lucro líquido de R\$84.380 mil.

Comentário do Desempenho

Destaques (em milhares de reais – R\$)	1T11	1T10	Var.
Tráfego Total – milhares de veículos	29.874	26.257	13,8%
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	42.995	40.735	5,5%
Tarifa Média ¹	6,73	7,29	-8,9%
Receita líquida	317.156	349.890	-9,4%
Lucro bruto	193.168	172.471	12,0%
EBIT ²	179.748	172.471	4,2%
Lucro líquido	84.380	72.042	17,1%
EBITDA ³	205.222	203.205	1,0%
Margem EBITDA	64,7%	58,1%	6.6 p.p
Capex	30.872	4.112	-46,9%
Dívida Líquida	1.141.205	1.320.238	-13,6%

COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007, com o objetivo de ser a subholding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias. A principal atividade da Companhia é a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem.

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Cataratas e Ecosul, das quais detém 100% do capital social, exceto Ecosul que detém 90% do capital social, a Companhia administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiros, detendo concessões com extensão total de 1.459,3 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por onde passaram mais de 43,0 milhões de veículos equivalentes no 1T11.

Em 29 de dezembro de 2010, por meio de uma reestruturação societária no grupo, a EcoRodovias Concessões realizou a cisão parcial com a conseqüente versão do patrimônio líquido cindido à EcoCataratas, nos termos do art. 225 da Lei n. 6.404/76, onde se justifica com base na decisão da Interviente, holding do Grupo EcoRodovias, de reorganizar a gestão de seus ativos a fim de tornar mais eficiente e ágil a identificação de novas sinergias, alavancar a integração das suas áreas de atuação, proporcionar melhoria dos índices econômico-financeiros, possibilitar a otimização fiscal, consolidar o estágio diferenciado de maturidade e traduzir, na prática, a estratégia de atuação do Grupo, sendo assim, a Rodovia das Cataratas S.A- Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada no 1T11 totalizou R\$ 337.302 mil. A tabela abaixo apresenta a composição da receita bruta por empresa consolidada.

Receita Bruta (R\$ milhares)	1T11	1T10	Var.
Receitas de Pedágio:			
Ecovias dos Imigrantes	168.672	152.102	10,9%
Ecovia Caminho do Mar	42.657	38.825	9,9%
Ecopistas	45.583	37.489	21,6%
Ecocataratas	-	43.162	n.m
Ecosul	32.341	25.291	27,9%
Receitas Acessórias Concessionárias	10.391	11.485	-9,5%
Receita de Serviços e Logística	6.698	(1.397)	n.m
Receita de Construção ICPC-01	30.960	63.971	-51,6%
Total	337.302	370.928	-9,1%

A receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 85,8% da receita bruta consolidada no 1T11.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 30,9 milhões, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção

Comentário do Desempenho

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de eixos equivalentes, ocorrido nas concessionárias referente ao período do 1T11 e 1T10, ambos consolidados na companhia.

Eixos equivalentes (pagantes)	1T11	1T10	Var.
Ecovias dos Imigrantes	14.421	13.131	9,8%
Ecopistas	19.795	13.879	42,6%
Ecovia Caminho do Mar	3.561	3.400	4,7%
Ecocataratas	-	5.914	-
Ecosul	5.218	4.411	18,3%
Total	42.995	40.735	5,5%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao tráfego total em eixos equivalentes, 42,0% corresponderam ao tráfego de veículos comerciais e 58,0% corresponderam aos veículos leves.

Comentário do Desempenho

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente, consolidada e por concessionária.

Os últimos reajustes contratuais das tarifas básicas ocorridos nas concessionárias foram: 4,8% na Ecovias dos Imigrantes (em julho de 2010), 5,2% na Ecopistas (em julho de 2010), 5,1% na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (em dezembro de 2010) e 5,1% na Ecosul (em janeiro de 2011).

Tarifa Média (em R\$/ eixo equivalentes)	1T11	1T10	Var.
Ecovias dos Imigrantes	11,70	11,58	1,0%
Ecopistas	2,30	2,70	-14,8%
Ecovia Caminho do Mar	11,98	11,42	4,9%
Ecocataratas	-	7,30	-
Ecosul	6,20	5,73	8,2%
Consolidado	6,73	7,29	-0,8%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$137.409 mil no 1T11, representando 43,3% da receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas (milhares)	1T11	1T10	Var.
Pessoal	23.875	25.295	-5,6%
Conservação e manutenção	13.672	14.872	-8,1%
Serviços de terceiros	11.414	10.789	5,8%
Seguros	1.962	2.991	-34,4%
Poder Concedente	10.663	7.464	42,8%
Depreciação/Amortização	25.473	30.733	-17,1%
Provisão Manutenção ICPC 01	9.265	10.109	-8,3%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	30.960	63.971	-51,6%
Locações	1.978	2.283	-13,4%
Outros	8.147	8.912	-8,6%
TOTAL	137.409	177.419	-22,6%

() Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.*

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação) no 1T11 atingiu R\$ 205.222 milhões, com margem de 64,7%.

Destaques (em milhares de reais – R\$)	1T11	1T10	Var,
Lucro líquido	84.380	72.042	17,1%
Imposto de Renda e Contrib.Social	45.232	37.459	20,8%
Resultado Financeiro	48.928	62.159	-21,3%
Depreciação	25.473	30.733	-17,1%
Participação de minoritários	1.129	719	57,0%
Outras Despesas/Receitas líquidas	74	93	-20,8%
EBITDA ³	205.222	203.205	1,0%
Margem EBITDA	64,7%	58,1%	6,6 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido consolidado no 1T11 foi negativo em R\$ 49.928 mil, sendo que 94,9% referem-se aos juros apropriados no período e 44,7% referente à variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos e sobre o direito de outorga amortizados pela receita financeira no valor de R\$20.238.

(milhares)	1T11	1T10	Var.
Juros sobre debêntures	(34.568)	(26.386)	31,0%
Juros sobre Financiamentos	(11.846)	(13.281)	-10,8%
Variação monetária debêntures e financiamentos	(18.672)	(12.740)	46,6%
Variação monetária sobre direito de outorga	(3.507)	(11.212)	-68,7%
Receita sobre aplicação financeira	20.238	7.870	157,2%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(2.083)	(1.010)	-106,3%
Outros efeitos financeiros	1.510	(5.400)	-128,0%
TOTAL	(48.928)	(62.159)	-21,3%

Comentário do Desempenho

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado pela Companhia no 1T11 totalizou R\$84.380 onde representa um aumento de 17,1% em relação aos R\$72.042 quando comparado com o mesmo período anterior.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2010, a dívida líquida consolidada da Companhia somou R\$ 1.141.205 mil.

Credores (R\$)	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2010	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures- Ecorodovias Concessões e Serviços	639,6	618,3	617.610	3,4%	100,0% CDI+1,5% a.a /8,75% a.a	nov/2015
Debêntures- Ecovias	460,9	441,5	538.661	4,4%	104,0% CDI/ 9,5% a.a	nov/2014
Debêntures-Ecopistas	371,5	-	-	-	8,25% a.a+ IPCA	1º série:jan/2023; 2º série:abr/2022; 3º série: jul/2022 4º série :out/2022.
Notas Promissórias- Ecopistas	-	373,3	351.915	-	CDI + 1,2% a.a.	abril/2011
Bradesco- Ecovia	12,0	11,7	17.701	2,9%	107,7% CDI	maio/2012
Santander- Ecovia	-	35,4	43.557	-	CDI+1,084% a.a	nov/2010
Banco do Brasil- Ecovia	36,5	-	0	-	110,20% CDI	nov/2010
Santander- Ecosul	36,2	35,1	32.137	3,1%	CDI+2,032% a.a	out/2014
Bic Banco- Ecovias	0,4	0,4	585	0,0%	1,45% a.m	set/2012
Itaú Leasing- Ecovias	0,9	1,0	553	-14,7%	1,34% a.m	dez/2012
BV Leasing- Ecovias	0,5	0,5	678	0,0%	1,20% a.m	mar/2013
Dívida Total	1.558,3	1.517,2	1.603.397	2,7%		
Caixa e equivalentes de caixa	338,9	252,9	262.276	34,0%		
Aplicação financeira vinculada (**)	78,3	29,8	70.181	162,6%		
Dívida Líquida	1.141,2	1.234,5	1.270.941	-7,6%		

(**) Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na EcoRodovias no período somaram R\$ 30,9 milhões, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pelas concessionárias.

CAPEX (em milhões de R\$)	1T11	1T10	Var.
Ecorodovias Concessões e Serviços	2.266	700	223,7%
Ecovias dos Imigrantes	11.138	5.076	119,4%
Ecopistas	9.675	42.400	-77,2%
Ecovia Caminho do Mar	2.603	4.960	-47,5%
Ecocataratas	-	934	n.m
Ecosul	5.189	4.112	26,2%
Total	30.872	58.182	-46,9%

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Socioambiental

Ecoviver – O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental do Grupo EcoRodovias, voltado à educação ambiental de crianças e jovens, já atendeu, desde 2006, 16 cidades, através de 901 escolas, 2.679 professores e 124.197 alunos. As atividades de 2010 tiveram início no mês de fevereiro e cerca de 800 professoras participaram de workshops de capacitação. Nos próximos meses, os alunos irão desenvolver trabalhos artísticos relacionados à temática da reciclagem de resíduos sólidos.

Semana do Meio Ambiente – O Grupo EcoRodovias desenvolveu, em suas unidades, diversas ações em comemoração a Semana do Meio Ambiente, tais como: limpeza dos rios Cascavel e Sanga Funda na Ecocataratas, lançamento da Campanha de Coleta Seletiva de Óleo na Ecovias dos Imigrantes e distribuição de sementes variadas na Ecosul.

Prêmios – A EcoRodovias recebeu, pelo 3º ano consecutivo, o prêmio das Melhores Empresas do Brasil no Indicador de Desenvolvimento Humano e Organizacional – IDHO, posicionada entre as 10 melhores empresas do Brasil.

Comentário do Desempenho

EMPRESAS DO GRUPO



Responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias os Imigrantes é o principal corredor de exportação para o Porto de Santos, ligando a região metropolitana de São Paulo ao Pólo Petroquímico de Cubatão, às indústrias do ABCD e à Baixada Santista. Em seus 176,8 km de extensão, passam mais de 32 milhões de veículos todos os anos.



Adquirida pela EcoRodovias em fevereiro de 2008, a Ecocataratas faz a ligação entre os municípios de Guarapuava e Foz do Iguaçu, através de 387,1 km da BR-277. O trecho, que passa pelo município de Cascavel, administra o Lote 03 do Anel de Integração do Paraná.



A Ecopistas é a concessionária que administra e opera o Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo com o Vale do Paraíba, a região serrana de Campos do Jordão, o Porto de São Sebastião e as praias do Litoral Norte. Com 134,9 km de extensão e movimento anual de aproximadamente 20 milhões de veículos, tornou-se uma das mais importantes vias para a distribuição da produção industrial das cerca de duas mil empresas instaladas na região do Vale do Paraíba.



A concessionária Ecovia Caminho do Mar é responsável pelo conjunto de rodovias federais e estaduais que formam o principal corredor de transporte de bens do Paraná e turismo para o litoral do estado, através da BR-277, PR-508 e PR-407, com extensão de 136,8 km.



A maior malha viária concedida do Brasil é administrada pela Ecosul – Rodovias do Sul, com 623,8 km no Pólo Rodoviário de Pelotas. Além da importante ligação ao Porto de Rio Grande, a Ecosul – Rodovias do Sul também desempenha papel no turismo em direção ao litoral sul brasileiro.

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

As informações no comentário de desempenho no trimestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Disclaimer

Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.

Notas Explicativas CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Ecoporto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.
- b) As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Notas Explicativas

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações trimestrais consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As informações trimestrais consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas informações trimestrais individuais (controladora) a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial.

b) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as informações trimestrais de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância o controle de outras empresas constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica “Participação dos não controladores das controladas”.

Notas Explicativas

2.5. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinado na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

a) Empréstimos e Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

- Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

- Aplicações financeiras mantidas para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Notas Explicativas

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.6. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia e suas controladas não optaram pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

2.7. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.8. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente os ativos imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.9. Passivos financeiros

- Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil, empréstimos e financiamentos incluindo debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

2.10. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos da Companhia são classificados como operacional.

2.11. Tributos

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada sobre o resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de a renda é calculada individualmente por cada Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do período. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT, não existem efeito registrados nos impostos correntes.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Notas Explicativas

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

a) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores legais da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 23.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

2.13. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Notas Explicativas

2.14. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receita de operação e serviço são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.15. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 28.

2.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações trimestrais, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações trimestrais, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 24.d).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

2.17. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações trimestrais individuais e como informação suplementar às informações trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações trimestrais e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.18. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas.

2.19. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas que emendam as normas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 31 de março de 2011, as quais são como segue:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros.

Notas Explicativas

- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Modificação à IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - “Income Taxes” denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda.
- Modificação à IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação à IFRS 1 - “First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - IFRSs” que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia e de suas controladas entendem que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas informações trimestrais nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas, de acordo com as IFRSs e os CPC, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e à avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 32.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

Notas Explicativas

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e Empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referentes a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando -se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% a 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período. Vide nota explicativa nº 22.
- Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 20.

Notas Explicativas

4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir apresenta as participações nas controladas consolidadas, como segue:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Participação direta:		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	100%

As atividades das controladas diretas são como segue:

Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

Notas Explicativas

- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e têm por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante de concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Ecocataratas, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e os serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como o desenvolvimento e a aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

Cisão

- Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da controlada direta Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas a cisão parcial da Companhia, com a conseqüente incorporação do patrimônio líquido cindido pela Ecocataratas e, conseqüentemente, a incorporação do acervo líquido cindido, celebrado na mesma data entre a Companhia, a Ecocataratas e a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., como inteveniente-anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da Companhia, cindido e vertido para a Ecocataratas, foi avaliado em R\$249.619, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R\$23.1678, anteriormente detidas pela Companhia.
- Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido para R\$205.005, mediante o cancelamento de 272.78.976 ações, que foram suportadas exclusivamente por sua acionista majoritária, a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O capital social da Ecocataratas foi aumentado para R\$291.468, mediante a emissão de 249.619.261 novas ações representativas do capital social da Ecocataratas. Essas ações foram subscritas e integralizadas com o patrimônio cindido da Companhia incorporado pela Ecocataratas e atribuídas exclusivamente à EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Em razão da operação descrita, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-				
Em moeda nacional	16	23	11.159	12.277
Aplicações financeiras:				
Fundo Exclusivo (a)	152.303	113.596	292.902	113.596
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>31.203</u>	<u>70.193</u>	<u>34.805</u>	<u>126.993</u>
	<u>183.522</u>	<u>183.812</u>	<u>338.866</u>	<u>252.866</u>

- a) Fundo constituído na forma de Fundo Exclusivo, que se enquadra na categoria “Renda Fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, tendo sua política de investimento como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços ou ambos, com o objetivo de buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionados diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFT, sendo:

- 52,26% de operações compromissadas com rentabilidade prefixada atrelada ao Certificado de depósito Interbancário - CDI de instituições financeiras nacionais consideradas de primeira linha
- 40,81% de CDB com rentabilidade prefixada atrelada ao CDI.
- 6,93% de Letras Financeira do Tesouro - LFT.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas, ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Notas Explicativas

A carteira do fundo de títulos e valores mobiliários está composta conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	79.594	43.905	153.071	43.905
Operação compromissada	62.155	59.865	119.533	59.865
LFT	<u>10.554</u>	<u>9.826</u>	<u>20.298</u>	<u>9.826</u>
	<u>152.303</u>	<u>113.596</u>	<u>292.902</u>	<u>113.596</u>

- b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,2% e 101,5% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários de curto prazo, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	<u>78.267</u>	<u>29.800</u>

São aplicações formadas por CDB e remuneradas a taxas que variam entre 101,5% e 102,0% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estes estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 18).

Notas Explicativas**7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico - concessionárias	32.894	44.481
Cupons de pedágio	12.293	7.165
Outras contas	<u>2.769</u>	<u>2.793</u>
	<u>47.956</u>	<u>54.439</u>

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	47.938	54.432
Vencidos:		
Até 30 dias	16	2
De 31 a 60 dias	<u>2</u>	<u>5</u>
	<u>47.956</u>	<u>54.439</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda e contribuição social				
a recuperar	8.287	6.463	9.131	6.789
Outros	<u>340</u>	<u>1.089</u>	<u>752</u>	<u>1.102</u>
	<u>8.627</u>	<u>7.552</u>	<u>9.883</u>	<u>7.891</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, saldo este que será utilizado para abater o passivo de IRPJ e CSLL, PIS, Cofins, IRRF e PIS/Cofins/CSLL retidos, a pagar em 2011.

9. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O saldo de R\$1.734 (R\$4.633 em 31 de dezembro de 2010, classificados no ativo circulante e não circulante) refere-se a prêmios de seguros a apropriar, alugueis e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU.

Notas Explicativas

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldos no início do período	4.072	2.654
Adições	163	2.036
Baixas	-	(927)
Atualização monetária	<u>109</u>	<u>309</u>
Saldos no fim do período	<u>4.344</u>	<u>4.072</u>

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Valores das investidas 31/03/2011		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2010
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	502.092	54.219	100%	100%	502.092	447.873	54.219	49.880
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	54.905	13.275	100%	100%	54.905	41.630	13.275	12.508
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	-	-	100%	-	-	-	11.028
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	203.077	5.852	100%	100%	203.077	198.938	5.852	(1.193)
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	67.824	11.295	90%	90%	61.042	59.973	10.166	6.610
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	79.972	81.110	-	-
					<u>901.088</u>	<u>829.524</u>	<u>83.512</u>	<u>78.833</u>

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2011 está apresentada a seguir:

	31/12/2010	Dividendos	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	31/03/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	447.873	-	-	54.219	502.092
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	41.630	-	-	13.275	54.905
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	198.938	(1.713)	-	5.852	203.077
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A - Ecosul	59.973	(9.097)	-	10.166	61.042
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>81.110</u>	-	(1.138)	-	<u>79.972</u>
	<u>829.524</u>	<u>(10.810)</u>	<u>(1.138)</u>	<u>83.512</u>	<u>901.088</u>

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO

Controladora (BR GAAP)

	Hardware e equipamentos <u>de pedágio</u>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>944</u>	<u>140</u>	<u>432</u>	<u>399</u>	<u>529</u>	<u>2.444</u>
Adições	26	106	5	541	2	680
Baixas	-	-	-	-	(377)	(377)
Depreciações	<u>(97)</u>	<u>(9)</u>	<u>(16)</u>	<u>(7)</u>	<u>(5)</u>	<u>(134)</u>
Saldos em 31 de março de 2011	<u>873</u>	<u>237</u>	<u>421</u>	<u>933</u>	<u>149</u>	<u>2.613</u>
Taxas anuais de depreciação - %	15,5%	10,0%	10,0%	5,5%	10,0%	-

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Hardware e equipamentos <u>de pedágio</u>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>37.310</u>	<u>6.665</u>	<u>4.370</u>	<u>12.591</u>	<u>11.725</u>	<u>72.661</u>
Adições	2.892	906	68	569	536	4.971
Baixas	(2)	(6)	(5)	-	(929)	(942)
Depreciações	<u>(2.680)</u>	<u>(348)</u>	<u>(152)</u>	<u>(214)</u>	<u>(255)</u>	<u>(3.649)</u>
Saldos em 31 de março de 2011	<u>37.520</u>	<u>7.217</u>	<u>4.281</u>	<u>12.946</u>	<u>11.077</u>	<u>73.041</u>
Taxas anuais de depreciação - %	15,5%	10,0%	10,0%	5,5%	10,0%	=

A Administração da Companhia, com base em laudos internos de engenharia, entende que seus ativos permanentes estão registrados próximo ao custo atribuído. Por esse motivo, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia, pois estes já estão com seu valor próximo ao valor de mercado.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

Controladora (BR GAAP)

	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>619</u>	<u>13.126</u>	<u>13.745</u>
Adições	942	644	1.586
Amortizações	<u>-</u>	<u>(1.131)</u>	<u>(1.131)</u>
Saldos em 31 de março de 2011	<u>1.561</u>	<u>12.639</u>	<u>14.200</u>
Taxas de amortização	-	20%	

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>1.863.511</u>	<u>1.410</u>	<u>15.061</u>	<u>2</u>	<u>1.879.984</u>
Adições	21.210	3.924	766	-	25.900
Baixas	(553)	-	-	(2)	(555)
Amortizações	<u>(20.543)</u>	<u>-</u>	<u>(1.281)</u>	<u>-</u>	<u>(21.824)</u>
Saldos em 31 de março de 2011	<u>1.863.625</u>	<u>5.334</u>	<u>14.546</u>	<u>-</u>	<u>1.883.505</u>
Taxas de amortização	(*)	-	20%		

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão são reconhecidos ao resultado através da projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, este método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os itens referentes ao contrato de concessão são infraestrutura rodoviária e direito de outorga, entre outros.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia e suas controladas reconheceram os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e ao benefício fiscal do ágio incorporado, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente.

Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Notas Explicativas

Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos demais eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	8.364	8.145
Provisão para manutenção/obras futuras	(3.150)	(421)
Ágio (benefício fiscal)	4.484	4.484
Outros	<u>(1.453)</u>	<u>1.700</u>
	<u>8.245</u>	<u>13.908</u>
Ativo diferido	24.313	28.427
Passivo diferido	<u>(16.068)</u>	<u>(14.519)</u>
	<u>8.245</u>	<u>13.908</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(29.091)	(26.741)
Imposto de renda diferido	<u>(5.088)</u>	<u>(1.780)</u>
	<u>(34.179)</u>	<u>(28.521)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(10.551)	(9.694)
Contribuição social diferida	<u>(502)</u>	<u>756</u>
	<u>(11.053)</u>	<u>(8.938)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	130.743	110.220
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(44.453)	(37.475)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(779)</u>	<u>16</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(45.232)</u>	<u>(37.459)</u>

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	98	89	5.001	4.686
Cofins	372	337	3.344	3.035
PIS	81	73	725	576
ISS na fonte	8	4	573	370
Outros impostos	<u>98</u>	<u>2.182</u>	<u>1.851</u>	<u>5.599</u>
	<u>657</u>	<u>2.685</u>	<u>11.494</u>	<u>14.266</u>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
			<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro	Mai de 2012	107,7% do CDI	12.036	11.692
Capital de giro	Novembro de 2011	110,2% do CDI	36.461	35.434
Capital de giro	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	36.214	35.110
Notas promissórias	Abril de 2011	CDI + 1,20% a.a.	-	373.337
			<u>84.711</u>	<u>455.573</u>
Circulante			<u>42.997</u>	<u>414.963</u>
Não circulante			<u>41.714</u>	<u>40.610</u>

Em 31 de março de 2011, a controladora não possuía empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	5.500	5.500
2014	<u>36.214</u>	<u>35.110</u>
	<u>41.714</u>	<u>40.610</u>

Notas Explicativas

a) Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- Em 8 de dezembro de 2010, a controlada direta Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de dez notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37.100, perfazendo o valor total de R\$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avalista e controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800.000. Com relação à Ecopistas, esta deverá manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação da despesa financeira com o EBITDA menor que 1,35 ponto e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$450.000. Em 31 de março de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos. Entre outras, em garantia das notas promissórias, a controlada Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios e ofereceu como garantia real a alienação fiduciária de 100% das ações detidas pela Companhia, nos termos dos instrumentos particulares de contrato de coordenação, colocação e distribuição das notas promissórias, datados de 15 de dezembro de 2009 e 11 de junho de 2010, respectivamente (“Notas Promissórias Ecopistas”).

As taxas aplicáveis à remuneração das notas promissórias são conforme contrato. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as notas promissórias. As despesas com emissão serão amortizadas pelo prazo de 120 dias e registradas como resultado financeiro.

Para as captações para capital de giro pelas controladas Ecovia e Ecosul, as quais não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela Companhia.

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- Para o empréstimo da Ecosul são exigidas as manutenções de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu EBTIDA deverá ser menor ou igual a 1,5; e a razão entre o EBTIDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5.

Notas Explicativas

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	852	842
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>854</u>	<u>1.060</u>
	1.706	1.902
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>14</u>	<u>13</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.720</u>	<u>1.915</u>
Circulante	<u>866</u>	<u>855</u>
Não Circulante	<u>854</u>	<u>1.060</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado” e apresenta R\$2.747 e R\$1.799 em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente.

18. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	612.356	608.912	1.428.616	1.039.944
Remuneração (juros)	32.856	15.190	64.183	29.676
Custos com emissão de debêntures	<u>(5.648)</u>	<u>(5.844)</u>	<u>(20.894)</u>	<u>(9.867)</u>
	<u>639.564</u>	<u>618.258</u>	<u>1.471.905</u>	<u>1.059.753</u>
Circulante	<u>214.741</u>	<u>197.356</u>	<u>346.692</u>	<u>316.640</u>
Não circulante	<u>424.823</u>	<u>420.902</u>	<u>1.125.213</u>	<u>743.113</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

Notas Explicativas

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

No período findo em 31 de março de 2011, a Companhia ainda não efetuou nenhum pagamento de juros ou valor principal.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

A controlada direta Ecovias concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No período de 2011, a Companhia ainda não efetuou nenhum pagamento de juros ou valor principal.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

As principais características das debêntures emitidas são:

<u>Descrição</u>	<u>Ecorodovias Concessões e Serviços</u>	<u>Ecovias</u>
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1,00	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,036 3ª série - R\$1,036	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$10,72 3ª série - R\$10,72
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)

Notas Explicativas

Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2011			31/12/2010		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2012	332.153	(4.385)	327.768	303.903	(2.684)	301.219
2013	299.238	(3.150)	296.088	261.135	(2.310)	258.825
2014	173.338	(2.066)	171.272	135.235	(1.130)	134.105
2015	85.362	(1.238)	84.124	49.396	(432)	48.964
2016	34.817	(1.006)	33.811	-	-	-
2017	<u>217.608</u>	<u>(5.739)</u>	<u>212.150</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.142.516</u>	<u>(17.584)</u>	<u>1.125.213</u>	<u>749.669</u>	<u>(6.556)</u>	<u>743.113</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e a despesa financeira líquida, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Notas Explicativas

O contrato da controlada Ecovias requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores que 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Ecorodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5%	CDI + 2%
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75% + IPCA	9,39% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75% + IPCA	9,37% + IPCA
Ecovias	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	<u>157.500</u>	<u>(3.124)</u>	<u>154.376</u>	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
			<u>1.050.000</u>	<u>(17.139)</u>	<u>1.032.861</u>		

Notas Explicativas**19. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultorias.

As transações dos períodos e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

<u>Controladora (BR GAAP)</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo-		
Circulante e Não circulante/contas a receber:		
Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas	124.722	107.109
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	107.530	104.822
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	1.489	1.338
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- ECOSUL	378	340
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	4.436	3.983
Elog S.A.	53	52
Ecopátio Cubatão Logística Ltda.	<u>760</u>	<u>254</u>
Total do ativo	<u>239.368</u>	<u>217.898</u>
Não circulante/contas a pagar-		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	<u>7</u>	<u>7</u>
	<u>7</u>	<u>7</u>
Resultado:		
Receita:		
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	4.776	17.160
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- ECOSUL	1.229	4.449
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	14.595	52.440
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	5.718	20.544
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas	1.327	7.200
Ecopátio Cubatão Logística Ltda.	815	2.637
Elog S.A.	<u>165</u>	<u>439</u>
	<u>28.625</u>	<u>104.869</u>
Despesa-		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	<u>81</u>	<u>181</u>
	<u>81</u>	<u>181</u>

Notas Explicativas

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo-		
Circulante/créditos diversos-		
Consórcio Serra do Mar	<u>69</u>	<u>260</u>
Não circulante-		
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataras	2.290	1.600
Elog S.A.	52	52
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	252	252
Mútuo-		
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	<u>105.748</u>	<u>103.221</u>
	108.342	105.125
Total circulante/não circulante	<u>108.411</u>	<u>105.385</u>
Imobilizado:		
SBS Engenharia e Serviços Ltda.	2.555	11.420
Consórcio Serra do Mar	5.779	16.600
Consórcio Planalto	-	57.886
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.	-	5.199
TB Transportadora Betumes Ltda.	<u>5</u>	<u>106</u>
	8.339	91.211
Total do ativo	<u>116.750</u>	<u>196.596</u>
Passivo-		
Circulante/contas a pagar:		
C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A.	87	87
SBS Engenharia e Serviços Ltda.	1.372	7
TB Transportadora Betumes Ltda.	3	1
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.	<u>154</u>	<u>26</u>
Total do passivo	<u>1.616</u>	<u>121</u>
Resultado-		
Despesa:		
TB Transportadora Betumes Ltda.	1	11
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.	-	344
SBS Engenharia e Serviços Ltda.	<u>76</u>	<u>106</u>
	77	461
Total do resultado	<u>77</u>	<u>461</u>

Notas Explicativas

As operações com empresas relacionadas estão apresentados a seguir:

- O Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.283, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de março de 2011, há um saldo de R\$343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$38.888 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$44.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 31 de março de 2011, há um saldo de R\$29.564 a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- O Consórcio Serra do Mar, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e o Consórcio Serra do Mar é de R\$180.589, incluindo aditivo contratual. Em 31 de março de 2011, há um saldo de R\$33.211 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e a C.R. Almeida é de R\$7.517. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R\$286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

20. CREDOR PELA CONCESSÃO

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas:		
Fixas	72.485	72.050
Variáveis	<u>2.331</u>	<u>2.587</u>
	<u>74.816</u>	<u>74.637</u>
Circulante	<u>15.376</u>	<u>15.205</u>
Não circulante	<u>59.440</u>	<u>59.432</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M. Em 31 de março de 2011, restam 86 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 64,17% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de março de 2011, todas as parcelas haviam sido.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	12.160	11.553
2013	11.105	10.842
2014	10.142	9.901
2015	9.262	9.042
2016	<u>16.771</u>	<u>18.094</u>
2017	<u>59.440</u>	<u>59.432</u>

Notas Explicativas**21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem em um período de quatro anos. Em 31 de março de 2011, o saldo é de R\$71.766 (R\$67.010 em 31 de dezembro de 2010) e está demonstrado a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	90.070	84.328
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(18.304)</u>	<u>(17.318)</u>
	<u>71.766</u>	<u>67.010</u>
Circulante	<u>16.512</u>	<u>12.838</u>
Não circulante	<u>55.254</u>	<u>54.172</u>

22. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano.

Em 31 de março de 2011, o saldo é de R\$17.471 (R\$17.029 em 31 de dezembro de 2010) e está demonstrado a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	21.179
Ajuste a valor presente	<u>(3.708)</u>	<u>(4.150)</u>
	<u>17.471</u>	<u>17.029</u>
Circulante	<u>11.778</u>	<u>10.143</u>
Não circulante	<u>5.693</u>	<u>6.886</u>

23. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos, cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião de seus consultores legais.

Notas Explicativas

O saldo da rubrica “Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis” é o seguinte:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis (a)	15.198	15.401
Tributários (b)	549	525
Trabalhistas (c)	<u>8.852</u>	<u>8.029</u>
Não circulante	<u>24.599</u>	<u>23.955</u>

A movimentação entre os períodos findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/03/2011</u>
Cível (a)	15.401	226	(808)	379	15.198
Tributária (b)	525	10	-	14	549
Trabalhista (c)	<u>8.029</u>	<u>891</u>	<u>(289)</u>	<u>221</u>	<u>8.852</u>
	<u>23.955</u>	<u>1.127</u>	<u>(1.097)</u>	<u>614</u>	<u>24.599</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras perdas de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2011, R\$7.324, avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Uma das principais demandas refere-se a processo administrativo fiscal da controlada direta Ecovias dos Imigrantes decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2010, restando o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.457, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

(b) Processos tributários

Em 31 de março de 2011, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$17.309, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de março de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$7.850, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2011, o capital social é de R\$391.283 (R\$391.283 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 391.283 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$438.465 para R\$454.206, mediante a emissão de 15.741.620 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecopistas detidas pela Companhia, com tudo o que essas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$454.206 para R\$477.792, mediante a emissão de 23.585.575 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecopistas detidas pela Companhia, com tudo o que essas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

Notas Explicativas

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de março de 2011 o saldo a pagar de dividendos e juros sobre capital próprio totaliza R\$50.120.

25. IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou, no período findo em 31 de março de 2011, o valor de R\$7.955 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de março de 2011, o valor total compensado foi de R\$212.196 (R\$200.368 em 31 de dezembro de 2010).

26. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	141.953	164.923
Pedágio por equipamento eletrônico	-	-	118.766	100.850
Vale-pedágio e pedágio em cupons	-	-	28.306	30.364
Outras	-	-	228	732
	-	-	289.253	296.869
Receita de construção	-	-	30.960	63.971
Receitas acessórias e de prestação de serviços	<u>29.302</u>	<u>25.800</u>	<u>17.089</u>	<u>11.845</u>
Receita bruta	29.302	25.800	337.302	372.685
Deduções de receita	<u>(3.297)</u>	<u>(2.902)</u>	<u>(20.146)</u>	<u>(22.793)</u>
Receita líquida	<u>26.005</u>	<u>22.898</u>	<u>317.156</u>	<u>349.892</u>

Notas Explicativas**27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Pessoal	7.592	6.264
Conservação e manutenção	885	282
Serviços de terceiros	1.320	1.269
Depreciação e amortização	1.265	7.280
Outros	<u>1.232</u>	<u>991</u>
	<u>12.294</u>	<u>16.086</u>
<u>Classificados como:</u>		
Custo dos serviços prestados	<u>12.294</u>	<u>16.086</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Pessoal	23.875	25.295
Conservação e manutenção	13.672	14.872
Serviços de terceiros (*)	11.414	10.789
Seguro	1.962	2.991
Provisão para manutenção	9.265	10.109
Custos com construção	30.960	63.971
Poder Concedente	10.663	7.464
Depreciação e amortização	25.473	31.442
Locações	1.978	2.283
Outros	<u>8.147</u>	<u>8.203</u>
	<u>137.409</u>	<u>177.419</u>
<u>Classificados como:</u>		
Custo dos serviços prestados	123.989	160.388
Despesas gerais e administrativas	<u>13.420</u>	<u>17.031</u>
	<u>137.409</u>	<u>177.419</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

Notas Explicativas**28. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	4.955	5.040	20.238	7.870
Variação monetária sobre financiamentos	-	-	286	-
Outras	<u>6.368</u>	<u>46</u>	<u>2.975</u>	<u>127</u>
	<u>11.323</u>	<u>5.086</u>	<u>23.499</u>	<u>7.998</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(17.700)	(14.264)	(34.568)	(26.306)
Juros sobre financiamentos	-	-	(11.846)	(13.282)
Variação monetária sobre debêntures	(3.444)	(2.656)	(18.672)	(12.740)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(3.507)	(11.212)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(162)	(514)	(437)	(996)
Ajuste a valor presente - ICPC-01	-	-	(2.083)	(4.436)
Outras	<u>(41)</u>	<u>(717)</u>	<u>(1.314)</u>	<u>(1.185)</u>
	<u>(21.347)</u>	<u>(18.151)</u>	<u>(72.427)</u>	<u>(70.157)</u>
Resultado financeiro	<u>(10.024)</u>	<u>(13.065)</u>	<u>(48.928)</u>	<u>(62.160)</u>

29. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro básico por ação das operações - R\$	<u>0,22</u>	<u>0,15</u>	<u>0,22</u>	<u>0,15</u>

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da:				
Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	84.381	72.042	84.381	72.042
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	391.383	477.792	391.383	477.792

Notas Explicativas

b) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

30. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que é estabelecido e pago em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período findo em 31 de março de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$396 (R\$860 em 31 de março de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

31. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (IFRSS E BR GAAP)

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, risco de mercado (incluindo risco de câmbio e de taxa de juros) e risco de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,2 a 101,5% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.

Notas Explicativas

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2011 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	11.159	11.159
Clientes	47.956	47.956
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	405.974	405.974
Passivos:		
Fornecedores	20.603	20.603
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	86.431	82.929
Debêntures	1.471.905	1.471.905
Credor pela concessão	74.816	96.378

a) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias classificadas no passivo circulante e não circulante.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

c) Riscos de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de as controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, a situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia está em constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	21.245	25.064	28.832
Juros sobre as 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	101.703	115.242	128.753
Juros sobre as 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	344.540	380.504	416.500
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	19.560	21.867	25.619

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de março de 2011, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

32. CONTRATOS DE CONCESSÃO

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo de R\$60 mensais do início até o 11º ano e de R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Receita de construção	2.345	16.441
Custos de construção	<u>(2.345)</u>	<u>(16.441)</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

No decorrer do período de 31 de março de 2011, houve alterações no contrato de concessão, como segue:

- a) Aumento de escopo das obras da Marginal Tietê.
- b) Antecipação das obras da Marginal Tietê.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

Notas Explicativas

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Receita de construção	9.955	3.976
Custos de construção	<u>(9.955)</u>	<u>(3.976)</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 31 de março de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias estão estimados em R\$433.985 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Notas Explicativas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante a ser pago em 18 parcelas mensais.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Receita de construção	13.646	39.376
Custos de construção	<u>(13.646)</u>	<u>(39.376)</u>
	<u> -</u>	<u> -</u>

Em 31 de março de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$378.027 (R\$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Receita de construção	5.014	3.975
Custos de construção	<u>(5.014)</u>	<u>(3.975)</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 31 de março de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$98.380 (R\$103.569 em 31 de dezembro de 2010).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

33. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual as empresas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$149 (R\$159 em 31 de março de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

34. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de março de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	525.969
Riscos operacionais	6.330.994
Responsabilidade civil	1.069.351
Seguro Sede da Companhia	5.140
Risco de engenharia	45.271
Painéis	113
Veículos	Tabela Fipe

Notas Explicativas

35. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA ECOVIA

A controlada direta Ecovia faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, através de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. A Ecovia busca, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

Notas Explicativas

36. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 12 e nº 13.

37. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e empresas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de maio de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A seguir informações sobre a quantidade das ações ordinárias detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de nossas ações, incluindo conselheiros e outros acionistas.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: EcoRodovias Concessões e Serviços S.A						Posição em 31/03/2011
						(Em unidades de Ações)
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
EcoRodovias InfraEstrutura e Logística S.A	391.283.116	100,0	-	-	391.283.116	100,0
Minoritários	8	0,00	-	-	8	0,00
Total	391.283.124	100,00	-	-	391.283.124	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES							
Companhia: Ecorodovias InfraEstrutura e Logística S.A							Posição em 31/03/2011
							(Em unidades de Ações)
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Primav Construções e Serviços S.A.	251.351.396	45,0%	-	-	251.351.396	45,0%	
Impregilo International Infrastructures. N.V *	163.344.673	29,2%	-	-	163.344.673	29,2%	
Free Float	143.930.992	25,8%	-	-	143.930.992	25,8%	
Outros Acionistas	72.019	0,0%	-	-	72.019	0,0%	
Total	558.699.080	100,0%	-	-	558.699.080	100,0%	

* Companhia sediada no exterior item facultativo de abertura até o nível de pessoa física.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Primav Construções e Serviços S.A.						Posição em 31/03/2011
						(Em unidades de Ações)
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções	1.200.178.639	99,0	-	-	1.200.178.639	99,0
Outros	492	1,0	-	-	492	1,00
Total	1.200.179.131	100,00	-	-	1.200.179.131	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**CR Almeida S.A. – Engenharia e Construções**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: CR Almeida S.A - Engenharia e Construções					Posição em 31/03/2011 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Ações de Fruição	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Participare Administração e Participações Ltda.	24.500.006	70	-	-	24.500.006	70
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A.	10.499.994	30	-	-	10.499.994	30
Belmiro Valverde Jobim Castor	-	-	-	-	-	-
Francisco Henrique P. Fernandes	-	-	-	-	-	-
Marco Antonio Cassou	-	-	-	-	-	-
Cecílio do Rego Almeida	-	-	-	-	-	-
Cesar Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	-
Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	-	-	-	-
Guilherme Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	-
Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	-
Ricardo Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	-
Roberto Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	-
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	-	-	-	-	-	-
Total	35.000.000	100	-	100	35.000.000	100

Participare Administração e Participações Ltda.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Participare Administração e Participações Ltda					Posição em Posição em 31/03/2011 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Denise Beltrão de Almeida Cassou	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Espólio Roberto Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Cesar Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Marcelo Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Guilherme Beltrão de Almeida	508.756.528	8,92	-	-	508.756.528	8,92
Ricardo Beltrão de Almeida	508.756.528	8,92	-	-	508.756.528	8,92
Fribourg Investments Corp.	4.513.617	0,08	-	-	4.513.617	0,08
Total	5.597.941.921	100	-	-	5.597.941.921	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A					Posição em 31/03/2011 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	92.312.558	4	-	-	92.312.558	4
Guilherme Beltrão de Almeida	738.500.539	32	-	-	738.500.539	32
Denise Beltrão de Almeida Cassou	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Espólio Roberto Beltrão de Almeida	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Cesar Beltrão de Almeida	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Marcelo Beltrão de Almeida	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Ricardo Beltrão de Almeida	738.500.539	32	-	-	738.500.539	32
Total	2.307.814.400	100	-	-	2.307.814.400	100

A seguir informações consolidadas sobre a participação direta e indireta dos grupos de Acionista Controlador, Membros do Conselho de Administração e Diretores posição 31 de março de 2011.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Acionista	Posição em 31/03/2011					
	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade de Preferências/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	414.696.069	74,23	-	-	414.696.069	74,23
Administradores						
Conselho de Administração	10	0,00	-	-	10	0,00
Diretoria	72.009	0,01	-	-	72.009	0,01
Conselho Fiscal ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	0,00
Outros Acionistas	143.930.992	25,76	-	-	143.930.992	25,76
Total	558.699.080	100,00	-	-	558.699.080	100,00
Ações em Circulação	143.930.992	25,76	-	-	143.930.992	25,76

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

- (1) O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembléia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei.

A seguir informações sobre a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem:

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.